



**Daniela Cunha**  
consultora da Ordem dos  
Contabilistas Certificados (OCC)  
comunicacao@occ.pt

## Inventário permanente: obrigação fiscal ou ferramenta estratégica de gestão?

O inventário permanente é, ainda hoje, frequentemente percecionado pelas empresas como uma mera imposição decorrente do enquadramento contabilístico e fiscal, associada ao cumprimento de prazos, formatos e obrigações declarativas, sendo tratado como um custo administrativo inevitável.

Esta visão redutora acaba por desperdiçar o verdadeiro potencial do inventário permanente enquanto instrumento estruturante de gestão, controlo interno e suporte à tomada de decisão. Num contexto empresarial cada vez mais exigente, em que a fiabilidade da informação financeira assume um papel central, importa refletir se o inventário permanente está a ser utilizado apenas para cumprir a obrigação ou se está, efetiva-

mente, ao serviço da gestão. A obrigação de adoção do sistema de inventário permanente decorre do enquadramento contabilístico aplicável às entidades sujeitas ao SNC ou às NIC adotadas na UE<sup>1</sup>.

Para essas entidades, é exigido um controlo contínuo dos inventários, assente em contagens físicas e em registos que permitam assegurar, de forma permanente, a correspondência entre a realidade física e a informação contabilística. Trata-se de uma obrigação cuja aplicação depende da dimensão das entidades e da natureza da respetiva atividade, estando previstas situações de dispensa. Do ponto de vista fiscal, o inventário permanente assume particular relevância enquanto elemento

integrante de uma contabilidade regularmente organizada. A AT tem vindo a salientar que este sistema implica o registo das entradas e saídas ao longo do período, permitindo conhecer o valor dos stocks e apurar os respetivos custos, sendo aceite um apuramento, pelo menos, numa base mensal<sup>2</sup>.

Apesar do enquadramento contabilístico e fiscal lhe atribuir um papel central, na prática o inventário permanente continua a ser adotado essencialmente para cumprimento formal da obrigação. O sistema existe, os registos são efetuados, mas a informação produzida raramente é utilizada como suporte à gestão. Com frequência, o inventário permanente é tratado como

1 - Art.12.º do DL n.º 158/2009, de 13/07

2 - OC nº20193, de 23/06/2016

uma simples fotografia necessária para “fechar contas” no final do período, concentrando-se os esforços no encerramento do exercício. Esta abordagem tarda a identificação de diferenças de stock, perdas, obsolescência e ineficiências, comprometendo o tratamento contabilístico atempado dos inventários e a representação fidedigna dos resultados da empresa. Nestes casos, o inventário permanente existe, mas não cumpre a sua função essencial de apoio à gestão.

## ***Inventário permanente como ferramenta estratégica de gestão***

É precisamente quando se ultrapassa a lógica da mera obrigação que o inventário permanente revela o seu verdadeiro potencial enquanto instrumento de gestão. Mais do que um registo contabilístico contínuo, trata-se de uma

fonte estruturada de informação que, quando devidamente utilizada, permite conhecer, acompanhar e antecipar a realidade operacional da empresa.

Através do inventário permanente, a gestão passa a dispor de informação essencial para controlar níveis de stock, acompanhar a sua evolução ao longo do período e avaliar a rotação das existências, permitindo decisões mais fundamentadas ao nível das compras, da produção e da política comercial. Esta informação possibilita ainda a identificação atempada de desequilíbrios, como excessos, ruturas, perdas ou situações de obsolescência, contribuindo para a otimização da afetação de recursos e para a redução de custos evitáveis.

O inventário permanente assume igualmente um papel determinante na gestão do capital investido, evitando a imobilização excessiva de recursos em inventários com baixa rotação ou risco de desvalorização, bem como situações de insuficiência de stock que comprometem a capacidade de resposta ao mercado.

Acresce que a relação direta entre inventários, custos e margens evidencia a sua importância estratégica no apuramento dos resultados. Um controlo eficaz dos inventários assegura uma base mais fiável para o apuramento dos custos e para a análise das margens, permitindo avaliar com maior rigor o impacto das decisões operacionais no desempenho económico da entidade. Neste contexto, os contabilistas

“

***O inventário permanente é, simultaneamente, uma obrigação e uma oportunidade***

”

certificados contribuem tecnicamente para a fiabilidade da informação contabilística, em articulação com a gestão.

Em síntese, o inventário permanente é, simultaneamente, uma obrigação e uma oportunidade. Quando tratado apenas como um requisito de cumprimento e de encerramento do exercício, perde utilidade e transforma-se num custo administrativo. Pelo contrário, quando integrado numa lógica de gestão, assume uma dimensão estratégica, contribuindo para um melhor controlo interno, para uma utilização mais eficiente dos recursos e para uma leitura mais rigorosa do desempenho económico. O desafio não reside, assim, na obrigação em si, mas na capacidade das entidades para transformar o inventário permanente numa efetiva ferramenta de apoio à gestão e criação de valor.

“

***O sistema existe, os registos são efetuados, mas a informação produzida raramente é utilizada como suporte à gestão***

”